

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCAR)
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS (CECH)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (DCSo)
CURSO CIÊNCIAS SOCIAIS

Gabriela Batista Paganotto

**ENTRE O CONSUMO E A COMERCIALIZAÇÃO: ECONOMIA SOLIDÁRIA E O
CONSUMO RESPONSÁVEL COMO ALTERNATIVAS AO SUPERMERCADISMO.**

São Carlos

2025

GABRIELA BATISTA PAGANOTTO

**ENTRE O CONSUMO E A COMERCIALIZAÇÃO: ECONOMIA SOLIDÁRIA E O
CONSUMO RESPONSÁVEL COMO ALTERNATIVAS AO SUPERMERCADISMO.**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho

São Carlos

2025

GABRIELA BATISTA PAGANOTTO

**ENTRE O CONSUMO E A COMERCIALIZAÇÃO: ECONOMIA SOLIDÁRIA E O
CONSUMO RESPONSÁVEL COMO ALTERNATIVAS AO SUPERMERCADISMO.**

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Sociais

São Carlos, 14 de fevereiro de 2025.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho - Orientador
Universidade Federal de São Carlos

Prof. Dr. Wagner de Souza Leite Molina
Universidade Federal de São Carlos

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer em primeiro lugar os meus pais, Alessandra e Waldir, não só pelo apoio durante a graduação, mas também por serem inspirações que me guiaram desde a infância e que através de incentivos à leitura e escrita alimentaram meu interesse por pautas sociais, vocês foram fundamentais na construção da pessoa que me tornei, capaz de realizar esta pesquisa.

Aos meus familiares e amigos de Descalvado, que sempre caminharam comigo durante esta jornada, em especial minha madrinha Adriene, pelo cuidado e dedicação na minha criação e minhas tias Betina e Emery, que proporcionaram experiências e conhecimentos essenciais para a construção desse projeto.

À República Tapa da Pantera, que morei durante os anos de graduação. Vocês foram muito mais do que uma casa, me ajudaram a não desistir jamais e ofereçam conforto nos momentos que mais precisei, obrigada por tudo, meninas!

Aos meus amigos de São Carlos que fiz durante a graduação e pretendo levá-los comigo, em especial a República 4x4, que chegou nos últimos minutos do segundo tempo, trazendo mais leveza durante a escrita desta monografia.

Ao Professor Joelson e ao NuPER, que foram essenciais durante minha jornada acadêmica.

Por fim, mas não menos importante, agradeço à minha namorada Maria Fernanda, pelo apoio durante a escrita e finalização deste trabalho.

RESUMO

O monopólio supermercadista vem se expandindo de maneira constante, aliado a lógica neoliberal e ao agronegócio, esse modelo de comercialização traz inúmeros impactos sociais negativos, como assimetrias de poder que exploram os produtores e a transformação e padronização dos sistemas alimentares globais na busca pela maximização absoluta do lucro. Com o avanço do poderio dessas redes, os circuitos curtos de comercialização vêm enfraquecendo e os agricultores familiares acabam ficando à margem das estruturas de comercialização hegemônicas. Tendo isso em vista, esse estudo busca compreender a Economia Solidária e o Consumo Responsável como modos alternativos de produção e comercialização que coloquem a produção agroecológica como protagonista das relações de consumo, além de fomentar produções agroecológicas que prezam pelo bem-estar social e a sustentabilidade. Para isso, foram realizadas entrevistas que permitiram entender o ponto de vista dos consumidores responsáveis e de produtoras assentadas no estabelecimento de relações de comercialização humanizadas e diretas. Os resultados demonstraram que a caminhada para edificação de uma rede solidária é longa, mas as iniciativas já existentes evidenciam as potencialidades e possibilidades da construção de um modelo alternativa à hegemonia supermercadista.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Agroecologia, Comercialização, Consumo Responsável, Economia Solidária.

ABSTRACT

The supermercadist monopoly has been expanding steadily, combined with neoliberal logic and agribusiness, this marketing model brings numerous negative social impacts, such as power asymmetries that exploit producers and the transformation and standardization of global food systems in the search for absolute profit maximization. With the advancement of the power of these networks, short marketing circuits have been weakening and family farmers end up being left out of hegemonic supermercadist structures. With this in mind, this study seeks to understand the Solidary Economy and Responsible Consumption as alternative modes of production and commercialization that place agroecological production as the protagonist of consumer relations, in addition to promoting agroecological productions that value social well-being and sustainability. To this end, interviews were carried out to understand the point of view of responsible consumers and producers based on the establishment of humanized and direct marketing relationships. The results demonstrated that the journey to building a solidary network is long, but existing initiatives highlight the potential and possibilities of building an alternative model to supermarket hegemony.

Keywords: Familiar Agriculture, Agroecology, Commercialization, Responsible Consume, Solidary Economy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abras – Associação Brasileira de Supermercados
ASMOCONP – Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras
CADE – Conselho Administrativo de Defesa
Ceasa – Central Estadual de Abastecimento S. A.
CEP – Comissão de Ética em Pesquisa
Cibrazem – Companhia Brasileira de Armazenamento
Cobal – Companhia Brasileira de Alimentos
DAES – Departamento de Apoio à Economia Solidária
EcoSol – Economia Solidária
EES – Empreendimento em Economia Solidária
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA – Estados Unidos da América
ES – Economia Solidária
ERT – Empresas Recuperadas por Trabalhadores
FBES – Fórum Brasileiro de Economia Brasileira
FMI – Fundo Monetário Internacional
GCR – Grupos de Consumo Responsável
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITCP – Incubadora Tecnológica
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NuMi-EcoSol – Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos Formação e Intervenção em Economia Solidária
OMC – Organização Mundial do Comércio
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAC – Projeto Alternativo Comunitário
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAES – Política Nacional de Economia Solidária
Psol – Partido Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados
Senaes – Secretária Nacional de Economia Solidária
Sinaes – Sistema Nacional de Economia Solidária

SUNAB – Superintendência Nacional de Abastecimento

TASCA – Talentos Artísticos de São Carlos

USP – Universidade de São Paulo

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

SUMÁRIO

1 – Introdução.....	10
2 – O fenômeno do supermercadismo e a reconfiguração do sistema alimentar global.....	13
3 – A economia solidária no contexto do supermercadismo: o consumo responsável como estratégia.....	24
4 – O território de São Carlos e as experiências de economia solidária.....	34
5 – Perspectivas e considerações finais.....	44
Referências Bibliográficas.....	49

1 – Introdução

A presente pesquisa se volta ao tema do papel da economia e do consumo solidário como modos de produção, comercialização e consumo alternativos ao que é imposto pela indústria varejista alimentar estruturada, sistema monopolizado e aliado ao agronegócio. A Economia Solidária (EcoSol) e o mercado tradicional são formas de comercialização envoltas por diferentes perspectivas ideológicas, enquanto a primeira e seus afluentes priorizam a coletividade e o bem estar social, na qual estruturas de produção são erguidas a partir de processos associativos e democráticos e não existe uma hierarquia cumulativa; o varejo estruturado incita um consumo cada vez mais impessoal e individualista, principalmente do ponto de vista social, caracterizando-se por uma competitividade danosa, típica do sistema capitalista, em que os ganhadores acumulam cada vez mais vantagens em relação aos perdedores, criando um ambiente hostil e ego centrado. O crescente monopólio das grandes redes de supermercados juntamente com os processos e consequências envolvidas nesse modelo de comercialização estão denominadas como *supermercadismo*, termo utilizado para se referir aos impactos das grandes redes de varejo.

Dito isso, este trabalho tem como objetivo compreender os impactos do supermercadismo na sociedade, não apenas nas relações sociais diretas, mas também em uma perspectiva mais ampla, considerando as estruturas de consumo e trabalho dentro das grandes redes varejistas. Em particular, busca-se analisar como o supermercadismo influencia os circuitos curtos de comercialização, nos quais a relação entre produtores e consumidores ocorre sem a intermediação de grandes empresas do setor. Para alcançar os objetivos da pesquisa, a metodologia inicial consistiu em buscar bases bibliográficas para a caracterização do fenômeno supermercadista nos países latinos, principalmente no contexto brasileiro. É fato que, durante a pesquisa, observou-se que existem poucos dos estudos sobre o fenômeno supermercadista e suas consequências no Brasil. Os trabalhos encontrados estão concentrados em outros países latino-americanos.

Para fundamentar essa investigação, foram adotadas como referências teóricas as obras de Gerardo Otero (2012; 2018), João Peres e Victor Matioli (2020), e Walter Belik (2007; 2012). De modo panorâmico, em caráter introdutório, Otero (2018), propõe a tese de que a dieta alimentar neoliberal se estrutura em quatro pilares fundamentais: o agronegócio, os supermercados, o Estado e a biotecnologia.

Além disso, o autor argumenta que existe uma neorregulação estatal voltada para o mercado neoliberal, contrariando a ideia de ausência de regulação e enfatizando que a intervenção estatal ocorre em benefício do sistema de mercado. Já Peres e Matioli (2020) dedicam-se há anos à investigação do supermercadismo, analisando a influência das grandes redes de varejo sobre o consumo massificado, com ênfase no contexto brasileiro. Por sua vez, Belik (2012) contribui para a compreensão dos processos de abastecimento e distribuição alimentar, oferecendo uma perspectiva crítica sobre a concentração do setor supermercadista e seus impactos na organização dos mercados alimentares. A partir dessas referências, este estudo busca discutir os desdobramentos do avanço do supermercadismo, considerando tanto seus efeitos sobre o consumo de alimentos quanto suas implicações para os modelos produtivos e as formas de organização do trabalho no setor.

O segundo passo foi levantar uma base bibliográfica do que é a Economia Solidária, tomando o economista Paul Singer como pilar central. O autor, além de ter uma vasta produção científica acerca do tema, possui uma marcante presença na gestão pública, sendo o primeiro secretário da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) durante os anos de mandato do Partido dos Trabalhadores (2003-2016). Também houve, na pesquisa, um enfoque nos Grupos de Consumo Responsável (GCR) e o seu papel político social. O objetivo dos GCR é construir estratégias de compra e venda baseadas em relações éticas entre os produtores, vendedores e consumidores, promovendo a responsabilidade social nas relações que envolvem a própria comercialização e a produção. Dessa forma, esse consumo solidário atua como um exercício de poder do consumidor, acarretando a manutenção dos postos de trabalho, estratégias de desenvolvimento sustentável e no combate à desigualdade e exclusão social e degradação ambiental.

A pesquisa se debruçou sobre o município de São Carlos, localizado no interior do estado de São Paulo, a partir da compreensão de que o município é privilegiado no desenvolvimento de organizações e políticas públicas para o fomento da Economia Solidária. Entre elas estão o Fórum Municipal, que realiza encontros mensais e está por trás da organização das feiras presentes na cidade; os Centros Públicos de Economia Solidária que oferecem cursos de formação e capacitação, presentes em diversas localidades da cidade e que estão sob a coordenação do Departamento de Apoio à Economia Solidária (DAES). Há também a presença do Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos Formação e Intervenção em Economia

Solidária (NuMI-EcoSol), incubadora de empreendimentos solidários vinculada à UFSCar que possui 15 anos de experiências em incubação de Empreendimentos de Economia Solidária (EES).

Como antecipado, o foco recaiu em um GCR, a saber: o Tandem, criado em 2016. Através de entrevistas com gestores e membros, foi possível compreender as experiências e possibilidades que esta modalidade oferece. Ademais, naturalmente, estão presentes na cidade grandes redes de supermercado e, pelo menos, três unidades diferentes de comércios na modalidade de atacarejo. Buscando atingir os propósitos propostos pela pesquisa, foram realizadas entrevistas qualitativas com mulheres camponesas assentadas, gestores e consumidores do GCR Tandem e pessoas envolvidas na gestão de políticas públicas da cidade. As entrevistas ajudaram a entender o ponto de vista da agricultura familiar, seus desafios enfrentados na busca pelo direito de plantar e escoar sua produção e a participação do GCR Tandem na construção de padrões e hábitos alimentares que contribuam e incentivam o desenvolvimento da EcoSol na cidade, buscando identificar também suas contraposições e contradições em relação ao supermercadismo e principalmente a relação dos entrevistados com o consumo enquanto ação política e social.

Para a realização das entrevistas, organizou-se um roteiro de perguntas que foi submetido à análise através da Plataforma Brasil e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de São Carlos. Além disso, os entrevistados que participaram da pesquisa assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, seguindo as orientações do CEP. Por fim, a partir das análises das informações primárias e o recolhimento de dados qualitativos, foi realizada uma análise historiográfica do desenvolvimento socioeconômico são-carlense e os dilemas e contradições que envolvem os padrões de consumo de grupos organizados na cidade e como as duas modalidades de consumo se relacionam, de maneira a buscar compreender a economia solidária não só como uma outra possibilidade econômica, mas também como um modo de produção capaz de transformar a estruturas socioeconômicas capitalistas.

2 – O fenômeno do supermercadismo e a reconfiguração do sistema alimentar global

A presença das grandes redes de supermercados se tornou uma constante cada vez maior no cotidiano brasileiro, principalmente a partir da década de 1990. Desde a construção da ideia de que os supermercados são o local ideal para se fazer compras, em conjunto com sua ambientação e seu formato: grandes corredores e várias seções de produtos, tudo no mesmo lugar por um “bom preço”. Além de simbolizar a praticidade para os seus consumidores, um conceito tão central na vida urbana contemporânea, tornando-se assim um monumento do consumo moderno. Ao passo em que o supermercado se torna um elemento essencial no ato de consumir, a ideologia supermercadista se fortalece, colocando o lucro absoluto em primeiro lugar e gerando consequências nos âmbitos sociais, ambientais, econômicos e culturais em um sistema alimentar hegemônico guiado pelo neoliberalismo, cuja vitrine dos supermercados esconde.

Os supermercados por si só são um espaço simbólico: local neutro, bem iluminado, propagandas alegres com músicas ambientes ao fundo e organizado por seções bem definidas, propiciando a busca por todos os itens necessários para o funcionamento de uma casa em um só lugar. Supostamente um facilitador para a jornada dupla de trabalho feminina, afinal, com a inserção da mulher no mercado de trabalho, as horas dedicadas à gerência do lar passaram a ser disputadas com outras obrigações e o tempo reservado para a cozinha diminuiu drasticamente.

O supermercado simboliza um atenuante para o estresse acumulado com a sobrecarga de funções. Ou seja, ao mesmo tempo em que ele cria uma solução para as atribuições típicas das sociedades contemporâneas, com suas prateleiras recheadas de opções de produtos pré-selecionados, industrializados e ultraprocessados; o sistema gera um problema. O consumidor escolhe qual mercadoria lhe apetece sem que realmente saiba a origem daqueles produtos, os tipos de explorações sociais e ambientais aconteceram para que determinada mercadoria chegasse até ali, transformando o alimento em uma mera compra e excluindo o produtor dessa relação de consumo, desumanizando-a. Entre os afetados por essa transformação simbólica estão principalmente os pequenos produtores e a agricultura familiar, que passam a ser excluídos ou explorados por essa nova forma de consumir alimentos.

Com a guinada neoliberal que se formou ao longo da década de 1980 e estourou no final do século XX, as grandes redes de supermercado se aproveitaram da conjuntura mundial e disseminação da ideia de um mundo globalizado para nutrirem seu monopólio internacional. Utilizando estratégias agressivas de expansão, como fusões, aquisições e parcerias para dominar os mercados locais através de corporações multinacionais. Buscando meios de enxugar custos e oferecer preços mais competitivos para desbancar as redes menores, os gigantes da indústria varejista passaram a adotar o uso dos seus próprios centros de distribuição, que apesar do alto investimento em estruturas e transporte, compensam na centralização cada vez maior da demanda, aumentando a capacidade de “negociação”, em outras palavras: imposição de preços cada vez mais baixos. Além de desbancar as Ceasas (Centrais Estaduais de Abastecimento S.A.) – estruturas públicas criadas durante a ditadura para assegurar o abastecimento das cidades, tornando a indústria alimentar e os grandes produtores reféns dos hipermercados.

Os centros de distribuição próprios alteraram drasticamente a forma de negociar e comercializar produtos, as grandes redes passaram a impor condições de qualidade, logísticas e preços que oprimem e exploram os produtores, estas exigências estão ligadas à busca pela eficiência na comercialização: alimentos perfeitos e disponíveis em todas as épocas do ano, um pequeno produtor não consegue suprir essa demanda, muito menos sozinho. Aí é que entram os atravessadores, mais um elo de exploração do circuito que une o alimento ao consumidor final, sua função é reunir a produção de vários produtores e negociar direto com os centros de distribuição próprios, estima-se que 50% do lucro fique com o varejista final, 20% com o atravessador, 25% com o vendedor da Ceasa e o resto fique com o produtor, se é que chega algum lucro, muitas vezes os atravessadores nem pagam pela mercadoria e se pagam é depois do prazo. Segundo entrevista realizada por Matioli e Peres (2020), o agricultor João da Cooperativa Central de Produtores Rurais do Vale do Ribeira (Coopercentral VR): “Os atravessadores vêm de todos os lados. Quando ele está enjoado de dar calote aqui, ele pula para outro lugar. Começa bem, pagando bonitinho [...] Daqui a pouco ‘pá’, pronto. É que nem uma ratoeira.”

Outra prática abusiva é a imposição de “enxovais” e o pagamento de taxas por parte dos fornecedores. Eles pressionam os produtores a darem uma “verba”, não prevista em contrato, para fechar ou manter uma relação comercial, é preciso

“presenteá-los” com determinada quantidade de produtos imposta pela rede. É dessa forma que as franquias conseguem abrir novas filiais tão facilmente ou criar promoções inacreditáveis, grande parte dos custos são repassados aos fornecedores que não tem outra opção além de aceitar ou tentar buscar novos compradores. Criando assim um ciclo vicioso, onde o poderio das redes cresceu cada vez mais, explorando os produtores e desbancando as feiras e o comércio local. Esse avanço pode ser visto pela comparação de dados nacionais, segundo a Associação Brasileira de Supermercados (Abras), em 1995, os pequenos negócios como mercadinhos de bairro, quitandas e açougues ficavam 12,5% de todo o faturamento no setor de autosserviço, em 2020 esse valor passou a ser 7%, o motivo está no aumento dos supermercados que deixaram de ser 32 mil estabelecimentos e passaram a ser cerca de noventa mil. (Matioli; Peres)

Os autores utilizam o conceito de “consumidor pasteurizado” para explicar os efeitos da lógica supermercadista no consumo, quando os alimentos param de ter sua relação com a cultura e tradições alimentares regionais, passando a ser padronizado para a maximização da produção e, conseqüentemente, do lucro. Esse fenômeno fica claro quando os jornalistas analisam como certos itens estão cada vez mais difíceis de encontrar em comparação com as variações “mais fáceis” de produzir, geralmente por terem uma resistência maior a pragas e mudanças climáticas posto que são geneticamente modificadas e selecionadas para esse objetivo. Um ponto de vista que escancara essa questão, é o fato de não existirem mais “frutas de época”. Desde a Revolução Verde, as fruticulturas conseguem produzir as frutas de verão em qualquer época do ano em larga escala. Por outro lado, observa-se o sumiço das variedades de espécies como é o caso do milho, tubérculos entre outros legumes, em prol da facilidade de produção e comercialização sistemática de uma variação específica. Como é colocado por Matioli e Peres (2020, p. 116):

A perda de diversidade é uma das conseqüências intangíveis. Estruturas gigantes precisam de cargas gigantes. O Cambuci, a graviola, a seriguela, o cará, o marmelo: a diversidade regional precisa ser suprimida para moldar um consumidor homogeneizado. Porque as negociações não são com o gerente da loja A, situada numa zona da Mata Atlântica, ou da loja B, que fica numa área de Cerrado. São com uma central de distribuição. É importante forjar um cliente que buscará pelos mesmos produtos em Porto Alegre ou em Belo Horizonte, em Xangai ou Joanesburgo, em Berlim ou em Santiago.

Quadro 1: Impactos do supermercadismo

Aspecto	Descrição
Crescimento das Grandes Redes	O domínio de grandes cadeias varejistas, nacionais e internacionais, reduzindo a participação dos pequenos mercados e feiras tradicionais.
Padronização do Consumo	Adoção de modelos logísticos eficientes, como centros de distribuição e gestão de estoques, garantindo disponibilidade constante de produtos e fortalecendo a influência das marcas industriais.
Impacto na Agricultura e Indústria	As redes supermercadistas influenciam a produção agrícola e industrial, determinando padrões de qualidade, embalagem e distribuição, muitas vezes em detrimento dos pequenos produtores.
Mudanças no Trabalho e na Relação com Fornecedores	A crescente automação, uso de tecnologia na gestão e negociações comerciais centralizadas impactam as relações trabalhistas e a estrutura produtiva.
Expansão Global	Grandes redes de supermercados, como Carrefour e Walmart, impõem um modelo padronizado de varejo em diferentes países, moldando hábitos de consumo e dinâmicas de mercado.

Fonte: elaboração própria a partir de Matioli, Peres (2020)

O poder do varejo estruturado cresce cada vez mais, não só no âmbito econômico, como também no político, trazendo consequências para os consumidores e toda a sociedade. A ideologia supermercadista está atrelada ao agronegócio e à lógica neoliberal de produção e consumo, influenciando condutas sociais, o que e como consumimos. Assim, ao mesmo tempo em que defende a ideia de liberdade de escolha através da larga possibilidade de marcas, sabores e preços disponibilizados na prateleira do supermercado, a realidade é que é que essa gama de escolhas é ilusória.

A década de 1990 foi um momento crucial para a reestruturação nas formas de consumo, não só no Brasil como no mundo inteiro. Passa a ser difundida a ideia de que é necessário um sistema alimentar global para amenizar o problema da fome mundial e as políticas alimentares passam a ser responsabilidade de órgãos econômicos internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) que defendem a abertura das fronteiras nacionais, a fim de baratear e democratizar o acesso à comida (Matioli; Peres, 2020). Essa ideia de uma alimentação globalizada acaba fazendo com que os Estados nacionais percam a soberania na regulação do abastecimento e da alimentação de suas respectivas populações.

Em seu livro “*The Neoliberal Diet, Healthy Profits, Unhealthy People*” Gerardo Otero (2012), postula que a dieta neoliberal se estrutura em quatro eixos: o agronegócio, os supermercados, o Estado e a biotecnologia. Conforme seu entendimento existe uma *Neorregulação* por parte dos Estados, nesse caso discorda da ideia de que não há uma regulação consistente, mas sim que exista uma regulação voltada para o mercado neoliberal. Ou seja, criou-se uma nova estruturação favorecendo certas corporações, deixando de lado a proteção social e políticas públicas das décadas anteriores.

A característica definidora do neoliberalismo é a dependência em relações baseadas no Mercado e no interesse da manutenção do monopólio através do poder estatal. A perda de soberania do Estado nas relações econômicas é essencial para o neoliberalismo globalizado privilegiar os interesses monopolistas do mercado na criação de normas e políticas econômicas, permitindo que o setor privado seja favorecido, através da alocação de recurso a partir do financiamento estatal, como acontece no setor agrícola, gerando um aumento constante da desigualdade e, portanto, uma polarização cada vez maior, principalmente no campo. De um lado, os grandes produtores latifundiários acumulando vantagens e do outro a agricultura familiar lutando pelos seus direitos básicos.

Além disso, o financiamento do setor agrícola por meio da participação de bancos e outras entidades financeiras afetou a distribuição de alimentos e suscitou na reformulação de companhias varejistas, tornando os supermercados atores importantes na cadeia produtiva do setor agrícola. Sob domínio do neoliberalismo, o aparato estatal vem contraindo cada vez mais as políticas sociais e desempenhando um papel central na facilitação do poder corporativo e sua monopolização, definido por Otero (2018, p. 38):

Os elementos dinâmicos do regime neoliberal são o Estado, que promove a neorregulação, uma série de acordos internacionais e a legislação nacional que impõe a agenda neoliberal; grandes multinacionais do agronegócio, que se tornaram os atores econômicos principais [...], e os supermercados, que se tornaram globais como resultado da composição oligopolista desse segmento do Mercado, com vasto poder de compra e grande influência ao ponto de moldar o setor agrícola (tradução nossa)¹

¹ The most dynamic elements of the neoliberal food regime are the state, which promotes neoregulation, a series of international agreements and national legislation that impose the neoliberal agenda; large agribusiness multinationals, which have become the main economic actors [...]; and supermarkets, which have gone global as of the 1990's and constitute an oligopoly segment of the Market, with vast buying power and massive influence to shape the agrifood sector.

As consequências na América Latina são a abertura unilateral de fronteiras e mercados agrícolas, privatização e desmonte das estruturas de crédito, infraestrutura e assistência técnica, enfraquecimento da reforma agrária e principalmente orientação da agricultura a favor da exportação, desfavorecendo o mercado interno. Como resultado, a economia agrícola passa a ser focada em um sistema voltado para a exportação e a produção em larga escala, em decorrência disso, os grandes agricultores se tornam beneficiários de altos recursos de capital, enquanto os pequenos agricultores são afetados por não acompanhar o ritmo exigido pelos circuitos de comercialização e muito menos pelo comércio de exportação. Soma-se a isso a pressão da revolução verde pressionar cada vez mais o uso de insumos importados (ATNCs - *Transnational Agribusiness Corporations*), ameaçando principalmente a agricultura familiar e camponesa, deixando-os não só economicamente vulneráveis como também expostos à insegurança alimentar (Otero, 2012).

Segundo a interpretação de Otero (2018) sobre o seminário apresentado por Friedmann em 1989, o regime alimentar imposto pelos Estados Unidos da América (EUA) pós Segunda Guerra Mundial inclui, entre suas características, a imposição de políticas de “comidas baratas”, geralmente, ultraprocessadas a base de trigo, à países latino-americanos. Os governos que adotaram essa política, encorajaram o crescimento de populações urbanas, que dependem do alimento como mercadoria. Além de abrir mais espaço à penetração do capital externo na economia de países que, muitas vezes, já possuíam capacidade de criar uma agricultura autossuficiente, como foi o caso do Brasil na década de 1950.

A contribuição mais significativa dessa superprodução internacional e globalizada imposta pelo EUA foi aumentar e aprofundar as relações capitalistas mundiais, mudando radicalmente o acesso de maior parte da população que deixou de acessar os alimentos de forma direta e passou a incorporar mercados alimentícios, processo que pode ser denominado como a mercantilização dos alimentos. Para Friedmann, a mercantilização alimentar é significativa de duas formas: a proletarianização de populações que previamente produziam como forma de subsistência e para estender as relações capitalistas de produção com países que foram colonizados anteriormente. Assim, além de proletarianizar a população rural, as imposições da Revolução Verde, tornam a agricultura desses países dependentes de multinacionais do agronegócio, como a *Monsanto*. (Otero, 2018)

Além disso, modelo de agricultura voltado para o lucro e a competição no mercado resultou em uma polarização social crescente. De um lado a produção voltada e financiada pelo agronegócio e a lógica supermercadista e do outro a Agricultura familiar. Enquanto o primeiro é financiado pelos altos subsídios provenientes do agronegócio; os camponeses possuem, por muitas vezes recursos limitados, dependendo, principalmente dos créditos rurais e políticas públicas que beneficiem a agricultura familiar. Ou seja, a implementação de reformas neoliberais na estrutura agrária, serviu apenas como vantagem aos produtores em larga escala, voltados para exportação ou comercialização no varejo estruturado, aprofundando a desigualdade e a insegurança econômica e alimentar na zona rural.

Com base na observação da cronologia e formato de órgãos estatais reguladores de abastecimento, é possível constatar o avanço das políticas neoliberais a partir da década de 1980. Voltando para 1960, governo de João Goulart, existia a SUNAB (Superintendência Nacional do Abastecimento) - criada em 1962 e extinta em 1997, era um órgão responsável pela previsão de alimentos, organização de excedentes para exportação e planejamento de importação, atuava como um regulador do mercado interno. Subordinada a ela, existia a Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem), órgão governamental responsável pelo armazenamento dos produtos agropecuários e ente regulador do mercado, delegada no mesmo ano, houve a criação da Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal), segundo Gilberto Bercovici (2020, p. 215):

[...] A Companhia Brasileira de Alimentos deveria participar diretamente da execução dos planos e programas de abastecimento elaborados pelo governo, relativamente à comercialização dos gêneros alimentícios, regular o mercado e, de forma supletiva, deveria garantir o fornecimento de alimentos para áreas não suficientemente atendidas pelo setor privado, em regime competitivo.

Na década seguinte, o poder público passou a atuar de fato em todas as etapas da comercialização de alimentos: centralizava a demanda, a qualidade e a distribuição, nasce então o Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento, expandindo as Ceasas. Em 1977, a Cobal estava como terceira maior empresa de alimento no *ranking* da revista Exame, e nesta mesma época, vinculada a ela, foi criada a Rede Somar de Abastecimento, cujo objetivo era garantir preços acessíveis para a população de baixa renda, entregando alimentos subsidiados aos pequenos

varejistas, assim o Estado agia no papel de atravessador sem fins lucrativos, unindo os pequenos produtores aos comércios locais. Contudo, a conjuntura econômica da década de 1970 serviu para o sucateamento das estruturas de abastecimento, enquanto os empresários do setor supermercadista pressionavam pelo enfraquecimento das feiras livres e do poder estatal.

Em 1968, a economia brasileira foi marcada pelo período conhecido como “milagre econômico” que se estendeu até 1973. Neste período evidenciou-se uma alta taxa de crescimento que foi superior a 10% ao ano, isso se deu em virtude ao cenário externo que possibilitou elevados investimentos diretos estrangeiros, contudo em 1974 ocorreu a crise do petróleo, o que abalou tanto o panorama externo quanto interno, visto que o Brasil importava cerca de 80% do petróleo consumido no país. Como resposta o governo elaborou o II Plano Nacional de Desenvolvimento, que colocava o Estado no papel de financiador da produção do setor privado, gerando um crescimento econômico através do endividamento, o que enfraqueceu o poder estatal e a sua capacidade de financiamento do setor público.

A historiadora Maria Yedda Linhares (1979), em seu livro “História política do abastecimento” afirma que a forte pressão empresarial serviu como um alicerce fundamental para o desmonte das estruturas públicas de abastecimento. Uma entrevista de Abilio Diniz, maior empresário no setor supermercadista nacional até aquele momento, em 1987 no Roda Viva², representa a opinião do setor: declara-se totalmente contra a reforma agrária, compreende que a modernidade está na urbanização “nós temos que ter aumento da produtividade na terra, e não continuar essa história de que temos que fixar o homem na terra”³.

Em novembro de 1989 aconteceu o Consenso de Washington, propagando ainda mais as políticas neoliberais nos países latino-americanos, entre elas a privatização de empresas estatais e maior abertura econômica. O Brasil estava entre os países que adotaram as novas políticas. No final dos anos 1980, o governo Sarney repassou o controle das Ceasas para os estados e municípios, contribuindo para a sua desarticulação e desmonte do sistema de abastecimento nacional. Entramos na década de 1990, a Cobal e Cibrazem são fundidas e perdem suas forças, há uma

² Há mais de 35 anos no ar, o Roda Viva é um dos mais tradicionais e relevantes programas de entrevista da TV brasileira. É um espaço plural para a apresentação de ideias, conceitos e análises sobre temas de interesse da população, sob o ponto de vista de personalidades notórias. Disponível em: <https://cultura.uol.com.br/programas/rodaviva/>.

³ Informação presente no livro *Donos do Mercado* (Matioli; Peres. 2020)

redução nas tarifas na importação de alimentos e o enfraquecimento da Política de Garantia de Preços Mínimos, a economia passa a ser regulada pelo mercado externo e a produção passa a ser voltada para a exportação.

Dessa forma, a ausência do Estado no sistema alimentar nacional cresceu ainda mais, essa inversão trouxe consigo uma mudança drástica no cenário comercial, dificultando a sobrevivência de mercados alternativos às grandes redes. Em conjunto com o enfraquecimento do abastecimento estatal, as grandes redes de supermercados passaram a ter suas próprias centrais de abastecimento, monopolizando ainda mais o varejo alimentício. Segundo dados apresentados por Altivo Cunha e Walter Belik (2012), no início da década de 1980, 90% dos itens de hortifrúti eram adquiridos em feiras livres enquanto os supermercados ficavam com apenas 5% da parcela, já no final da década de 1990 a fatia dos supermercados passou a ser 33%. A tendência de enfraquecimento das feiras livres permaneceu ao mesmo tempo em que a monopolização e o crescimento dos supermercados e seus Centros de Distribuição próprios aumentaram cada vez mais. Segundo Belik (2007) a mudança na comercialização de alimentos frescos gerou consequências em ambas as pontas do circuito de comercialização, desde a tecnologia na produção agrícola até a retirada dos pequenos comerciantes dos mercados, dificultando a manutenção dos varejistas não integrados em grandes redes. Em uma entrevista realizada em 2019, Belik afirma:

Na prática, a estratégia dos supermercados é espremer os produtores para pagar o menos possível e ter um produto estritamente como querem comprar. Eles querem todos os produtos iguais [...]. Como um pequeno produtor vai trabalhar com supermercado? Não tem como. [...] Você vai ter ou um grande produtor ou um intermediário. Assim o supermercado lida com um fornecedor só [...] então quem quiser vender para o supermercado vai ter dois parasitas nas costas: o intermediário e o supermercado. Por isso os pequenos vendem em feiras livres e buscam alternativas (Belik, 2019, s.p).

Ou seja, além de confrontar outras modalidades do varejo alimentar tradicional, o monopólio supermercadista estabelece assimetrias de poder que enfraquecem o pequeno produtor e sua autonomia; incentiva a padronização dos alimentos, o uso de insumos e agrotóxicos e a estrutura latifundiária (Matioli; Peres, 2020).

Por outro lado, a agricultura familiar e agroecológica busca respeitar os ciclos da terra e de produção de cada plantação, sendo assim, a imprevisão de cada safra é maior do que em uma produção latifundiária e automatizada em larga escala, isso

acaba sendo mais um fator que dificulta o escoamento de produtos agroecológicos através das grandes redes de supermercado que dão preferência para os alimentos “perfeitos” produzidos sob o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas. Os orgânicos se transformaram em um item de luxo dentro dos supermercados, com preços muito mais altos do que em outros tipos de comercialização, criando uma ideia de “gourmetização” sobre produtos que são produzidos de forma tradicional - sem agrotóxicos e inovações tecnológicas nocivas ao meio ambiente por trás.

Dessa forma, com a imposição do empresariado supermercadista e a dissolução das estruturas estatais de abastecimento, o escoamento da produção se tornou uma das grandes dificuldades dos pequenos produtores e da agricultura familiar. Aos agricultores torna-se imprescindível se organizar em cooperativas ou negociar direto com o consumidor, seja através de organizações solidárias, como feiras ou Grupos de Consumo Responsável, para não ficarem reféns de atravessadores e a lógica opressora dos supermercados, por isso a importância de políticas públicas e mercados institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que tem como objetivo colaborar com o escoamento da produção de agricultores familiares através de compras institucionais que são destinadas à populações em situação de insegurança alimentar ou para alimentação escolar, além do incentivo para que essas produções não deixem de existir e resistir. “Não é que os orgânicos sejam caros. É que nos acostumamos aos preços baixos de alimentos cultivados com forte subsídio público, alta produtividade e enorme redução de mão de obra, sem a necessidade de computar os custos para a sociedade, o ambiente e a saúde”. (Matioli; Peres, 2020, p. 146)

Em 2019 o faturamento do setor supermercadista chegou a 378 bilhões de reais, segundo a Abras. Isso representa, segundo a própria instituição, 5,2% do PIB nacional. Ou seja, o setor permanece como um dos maiores do país, aliado ao agronegócio e promovendo uma ideologia neoliberal que coloca o lucro acima da vida, da dignidade e da segurança alimentar. Quando o alimento é transformado em uma mercadoria qualquer, acaba sendo banalizado e fetichizado, como resultado temos o desperdício, a fome e a insegurança alimentar andando lado a lado.

A solução encontrada é a intervenção estatal, tanto para impedir a crescente soberania dos supermercados, quanto para solucionar a questão da comercialização de pequenos produtores. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) é

um órgão vinculado ao Ministério da Justiça, cujo intuito é evitar concentrações de mercado baseado na lei antitruste (Lei 12.529/11). Segundo Amanda Athayde (2017), professora de direito empresarial na Universidade de Brasília e autora do livro “Antitruste, varejo e infração à ordem econômica”, o órgão precisou analisar ao menos cem situações chamadas de “atos de concentração” do setor supermercadista e todos foram aprovados. Isso é mais um fator que deixa clara a omissão do Estado em relação ao oligopólio e poderio das grandes redes de supermercado, contribuindo para o projeto de consumo antiético disseminado pela lógica neoliberal.

3 – A economia solidária no contexto do supermercadismo: o consumo responsável como estratégia.

A economia solidária tem se apresentado como uma alternativa concreta às contradições do supermercadismo, que, apesar de garantir ampla oferta de produtos e comodidade ao consumidor, impõe uma lógica de concentração de mercado, exploração do trabalho e padronização da alimentação. Nesse cenário, a busca por alternativas que valorizem a produção local, a cooperação e a autogestão se torna fundamental para democratizar o acesso a alimentos de qualidade e fortalecer circuitos econômicos mais justos e sustentáveis.

O consumo responsável se insere como uma estratégia central dentro da economia solidária, pois pressupõe escolhas que vão além do preço e da conveniência, considerando os impactos sociais, ambientais e econômicos da produção e distribuição dos bens. Dessa forma, a relação entre produtores e consumidores se transforma, aproximando-os e permitindo a construção de mercados mais humanizados, que valorizam o trabalho coletivo e promovem o desenvolvimento das comunidades.

Dito isso, este capítulo discutirá a Economia Solidária no contexto do supermercadismo, analisando como o consumo responsável pode ser uma ferramenta para romper com a lógica hegemônica do varejo e impulsionar formas alternativas de comercialização. Todavia, antes de aprofundarmos a discussão sobre o consumo responsável como estratégia de enfrentamento ao supermercadismo, é essencial compreender o que é a economia solidária, seus princípios e suas formas de organização. A economia solidária não se limita a um conjunto de práticas econômicas alternativas, mas representa uma perspectiva mais ampla de transformação social, baseada na cooperação, na autogestão e na valorização do trabalho humano em detrimento do lucro.

A economia solidária é notoriamente conhecida como um modelo de produção, consumo e distribuição baseado no cooperativismo, autogestão e sustentabilidade, ou seja, seus fundamentos vão de encontro com o modelo capitalista de organização produtiva. Essa é uma das maiores dificuldades da implementação de EES, o capitalismo se tornou dominante a tanto tempo que tendemos a levar suas doutrinas como algo natural, a competitividade que nasce na economia não se restringe a ela e

passa a estar presente em diversos âmbitos sociais. Como foi definido por Paul Singer e citado por Helena Singer (2022, p. 17):

A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior [ao capitalismo] por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma vida melhor. Vida melhor não apenas no sentido de que possam consumir mais com menor dispêndio de esforço produtivo, mas também melhor no relacionamento com familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho que lhe dá mais satisfação; no direito à autonomia na atividade produtiva, de não ter de se submeter a ordens alheias, de participar plenamente das decisões que o afetam; na segurança de cada um saber que sua comunidade jamais o deixará desamparado ou abandonado.

Supostamente, a competição dentro do mercado é uma via de mão dupla, ao mesmo tempo em que permite uma certa liberdade de escolha em relação à qual produto ou empresa traz maior satisfação, possibilitando a permanência deste ou desta no mercado através das escolhas de consumo; o mesmo funcionaria para o mercado de trabalho: aquele que apresentar maior habilidade permanece. Idealmente, para os liberais e primeiros defensores do Mercado como instituição, essa seria uma forma de garantir ao consumidor o produto com a qualidade que ele deseja ou então garantir uma eficiência cada vez maior em uma empresa, contudo não é assim que o ciclo se perpetua pois os que ganham acumulam cada vez mais vantagens, e, em contrapartida, os que perdem acumulam desvantagens. Dessa forma, os efeitos sociais de uma economia competitiva é a crescente desigualdade.

Enquanto os primeiros acumulam capital, galgam posições e avançam nas carreiras os últimos acumulam dívidas pelas quais devem pagar juros cada vez maiores, são despedidos ou ficam desempregados até que se tornem *inempregáveis*, o que significa que as derrotas os marcaram tanto que ninguém mais quer empregá-los. Vantagens e desvantagens são legadas de pais para filhos e para netos. Os descendentes dos que acumularam capital ou prestígio profissional, artístico etc., entram na competição em vantagem em relação aos descendentes dos que se arruinaram, empobreceram e foram socialmente excluídos. O que acaba produzindo sociedades profundamente desiguais (Singer, 2022, p. 34).

Para a construção de uma sociedade igualitária seria necessário ter uma economia que fosse solidária, ao invés de competitiva, para isso, é preciso que ela seja arquitetada democraticamente entre todos aqueles que produzem, comercializam e consomem, além da intervenção estatal para manter o equilíbrio entre os empreendimentos para que não volte o ciclo competitivo de acúmulo de vantagens. O autor Paul Singer (2022) defende, inclusive, a existência de uma “renda

cidadã” para que o acesso à direitos básicos, como alimentação e moradia seja universal, o que também serviria para delimitar a intensidade da desigualdade. A Economia Solidária é um modo de produção alternativo cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital, direito à liberdade individual e a democracia, produzindo assim uma classe única de trabalhadores, o resultado natural é a solidariedade e igualdade reproduzidas por mecanismos estatais. Singer afirma em sua obra “o que importa entender é que a desigualdade não é natural e a competição generalizada tampouco o é. Elas resultam da forma como se organizam as atividades econômicas e que se denomina modo de produção” (Singer, 2022, p. 36)

As principais distinções entre uma empresa capitalista e uma empresa solidária são a repartição de ganhos e o formato da gestão. Nas empresas capitalistas o que determina a remuneração de cada trabalho exercido são as ondulações entre oferta e demanda de determinada força de trabalho, por outro lado, nas empresas solidárias os sócios decidem coletivamente em assembleias como serão as retiradas de cada setor ou integrante. Quanto ao lucro, numa empresa tradicional, o destino do excedente é decidido entre um seleto grupo de proprietários, enquanto no modelo solidário, o excedente anual tem sua função decidida democraticamente entre os cooperados, geralmente podendo ser dividida em fundos que favorecem a prosperidade da comunidade como um todo, tanto quanto aqueles voltados para educação ou investimentos para o crescimento da empresa.

O segundo ponto, é a gestão, sendo dividida em dois tipos: a heterogestão, caracterizada por ser hierárquica, onde as informações fluem de cima para baixo, assim quanto mais alto o seu cargo, maior acesso às informações, estimulando uma busca pela eficiência dos funcionários cada vez maior, mesmo que o salário não necessariamente reflita essa condição. Já a autogestão é horizontal, por isso é necessário que todos os associados saibam qual a situação da empresa para colaborar com tomadas de decisão coletivas.

A autogestão exige um esforço adicional de seus trabalhadores, tendo em vista que estes também se encarregam com a administração além de suas tarefas designadas, contribuindo para uma cooperação inteligente entre todos os sócios, afinal, participar de discussões e decisões coletivas serve também para educar e conscientizar os membros, tornando-os mais autoconfiantes e politizados. A problemática enfrentada por essa modalidade é que boa parte das pessoas que se

inserir na ES é enquanto modo de produção intersticial, para escapar da pobreza e se inserir socialmente através da inclusão produtiva, desta forma, o maior inimigo desse formato de administração é o desinteresse dos sócios perante o formato democrático em que a autogestão se baseia. Da mesma forma que a população geral não é naturalmente inclinada à autogestão, também não o são à heterogestão, ambas podem ser ensinadas e praticadas, “a autogestão promete ser eficiente em tornar empresas solidárias, além de economicamente produtivas, centros de interação democráticos e igualitários (em termos), que é o que seus sócios precisam.” (Singer 2022, p. 47).

Em termos de desenvolvimento, o solidário acontece por meio do fomento de novas forças produtivas e novas relações de produção, definido por Singer (2022) como “um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma.” (p. 141), sem ignorar os avanços tecnológicos já produzidos pela produção capitalista. Contudo, os empreendimentos solidários possuem a tendência de se articularem de forma sustentável, opondo-se às tecnologias que podem ameaçar a biodiversidade, a saúde dos consumidores e a autonomia dos produtores, não sendo adeptos as tecnologias apresentadas pela Revolução Verde, por exemplo.

Outro ponto é que o desenvolvimento comunitário deve se referir a todos os seus membros conjuntamente, unidos pela ajuda mútua e pela posse coletiva dos meios de produção, como silos ou instalações findadas para o processamento industrial. Como o desenvolvimento almejado é o da comunidade como um todo, ele não pode ser alcançado através de investimentos privados que podem ameaçar a posse coletiva da riqueza produzida por meio deste tipo de investimento. Sendo necessário que estes sejam feitos pela e para a comunidade, sem estimular um empreendedorismo competitivo e individualista. Para isso é importante que estes empreendimentos sejam financiados por intermédio do Estado, com assistência ao crédito e juros subsidiados por recursos públicos.

Conforme a compreensão de Sônia Marise Salles Carvalho (2015), para o economista austríaco Karl Polanyi não deve ser feita uma separação entre o social e econômico, levando em conta que a história da economia de mercado sempre foi marcada por lutas sociais, assim, o autor compreende o Mercado, Estado e a Sociedade Civil como parte do social e em constante interação. Partindo desse ponto,

o controle do sistema econômico pelo mercado o separa da esfera política e social, colocando o lucro como a força principal que organiza a sociedade.

As contribuições teóricas de Polanyi sobre o século XIX, permite aferir que nos séculos XX e XXI, tem havido um esforço em transformar a “economia de mercado” em uma “sociedade de mercado” onde ainda se mantém o pensamento dominante da supremacia da economia mercantil monetária e da ilusão de um sistema produtivo e criador de riquezas. A sociedade ter circunscrito o campo da economia a economia mercantil significou a determinação da economia monetária sobre a sociedade, onde o mercado capitalista tem poder sobre o Estado e a sociedade civil e as políticas neoliberais desestruturaram as bases organizativas estatais, todavia a Economia Solidária no Brasil se propõe a colocar em xeque a supremacia do mercado.

No pensamento de Polanyi, a abordagem social da economia juntamente, associada às concepções da sociologia econômica e do trabalho, contribuíram para os princípios da Economia Solidária, dando suporte teórico e empírico às experiências socioeconômicas de diferentes grupos da sociedade civil.

As experiências no campo da economia solidária mostraram que as interações humanas são mediadas por diferentes racionalidades e sociabilidades, permitindo-se pensar nas possibilidades de estabelecer relações sociais com o mercado e o Estado sob outro registro do social (Carvalho, 2015, p. 19).

No entanto, prevalece uma “economia de mercado”, que no século XX se transforma em uma “sociedade de mercado”, isto é, onde tudo é dirigido pelo preço de mercado, no pensamento polanyiano, o sistema econômico não necessariamente deve ser dirigido por motivações não econômicas, pois o homem não age apenas para proteger suas posses materiais, mas também sua situação social, exigências e patrimônio.

Isto posto, em contrapartida à lógica capitalista neoliberal de comercialização e consumo, existe a Economia Solidária, como modo de produção alternativo ao avanço do supermercadismo e seus impactos negativos na agricultura familiar, seguindo as definições do autor Paul Singer (2022, p. 141):

Entendemos por desenvolvimento solidário um processo de fomento de novas forças produtivas, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social.

Os primeiros indícios do cooperativismo no Brasil apontam para o começo do século XX, trazido inicialmente pelos emigrantes europeus, sua principal modalidade eram as cooperativas de consumo no meio urbano e as cooperativas agrícolas no campo, o intuito dessas cooperativas era proteger os produtores e trabalhadores da carestia, porém nenhuma dessas chegava a ser autogestionária, por isso não são consideradas parte do movimento de Economia Solidária. Já na década de 1980, quando a conjuntura econômica do país foi acometida pela grande crise financeira internacional, definida como uma “crise de endividamento externo”, teve como consequência a desindustrialização nacional e a maior onda de desemprego em massa da história brasileira até aquele momento.

A perda de milhões de postos de trabalho elevou os níveis de pobreza no país, abrindo espaço para o surgimento dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), projetos financiados pela Cáritas – órgão de caridade vinculado à igreja católica cuja finalidade era gerar trabalho e renda através de associações para moradores de áreas periféricas e da zona rural em diferentes regiões do país. Posteriormente algumas se transformaram em unidades de economia solidária. Os PACs também foram implementados em assentamentos de reforma agrária liderados pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, além da criação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) em 1989 e 1990 a fim de promover o desenvolvimento sustentável nesses territórios.

A recuperação de empresas falidas pelos seus trabalhadores, tornando-as cooperativas autogestionárias de propriedade coletiva também foi uma modalidade de EES que cresceu nesse período, após alguns casos isolados na década de 1980, esse movimento passou a ter mais força em 1991 com a falência da empresa calçadista Makerli, localizada em Franca, interior de São Paulo, abrindo espaço para a criação da Associação Nacional dos Trabalhadores de Autogestão e Participação Acionária (Anteag) que tem como objetivo promover e assessorar EES. (Singer, 2022)

Logo no início do século XXI, a Economia Solidária passa a estar mais presente na agenda pública. Em 2003, primeiro ano de mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, ocorreu a III Plenária Nacional de Economia Solidária que teve como fruto a formalização do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) dentro do Ministério do Trabalho e Emprego. Desde seu início, a Senaes teve como prioridade o combate à pobreza,

uma de suas primeiras ações foi a convocação do I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária, cerca de 1.400 representantes de cooperativas solidárias compareceram.

A estratégia desenvolvida pela Secretaria era a de endodesenvolvimento, isto é “desenvolvimento produzido pelo esforço coordenado dos membros da própria comunidade, sem depender de investimentos externos, provindos de fontes públicas ou privadas.” (Singer, 2022, p. 188). Entretanto, apesar da sua importância na condução de três conferências nacionais acerca do tema e da inserção da Economia Solidária na agenda pública, a Senaes passou por um processo de enfraquecimento em 2015 devido a reestruturações ministeriais que reduziram sua autonomia e foi formalmente extinta no governo Temer, tendo suas funções e atividades redirecionadas a outros departamentos dentro do Ministério do Trabalho e Emprego. Todavia, em 2024, o Presidente Lula, em seu terceiro mandato no país, sancionou a Lei 15.068/24, também chamada Lei Paul Singer, que estabeleceu a criação da Política Nacional de Economia Solidária (PNAES) e o Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes), com o intuito de fortalecer o associativismo promovendo o acesso à financiamentos, meios de produção, mercados e tecnologias fundamentais para o desenvolvimento solidário.

As experiências com o Cooperativismo Solidário no Brasil são diversas e vêm sendo construídas por todo o território nacional, através de incubadoras universitárias, institutos e associações que impulsionam novos empreendimentos, como o Instituto Paul Singer. Essas iniciativas se organizam em diferentes formatos, cada um com características próprias e voltadas para distintos setores da economia.

Um exemplo são as Cooperativas de Produção, formada por trabalhadores que produzem bens e serviços de maneira coletiva. Nessa categoria, encontram-se associações de agricultores familiares, como a Associação dos Produtores do Santa Helena, em São Carlos, que será apresentada mais adiante nesse trabalho. Além disso, catadores de materiais recicláveis e artesãos também fazem parte desse modelo cooperativo.

Já as Cooperativas de Trabalho reúnem profissionais que prestam serviços em diversas áreas, como transporte, educação e saúde. Outro tipo de empreendimento são as Finanças Solidárias que promovem inclusão financeira e desenvolvimento local. Um dos principais exemplos é o Banco Palmas, o primeiro banco comunitário brasileiro, fundado em 1998, pela Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras

(ASMOCONP), localizado na região no sul de Fortaleza – CE. Seu objetivo é fomentar a economia local por meio de crédito acessível e moeda social, fortalecendo pequenos negócios e incentivando o consumo dentro da própria comunidade.

Outro modelo importante são as Empresas Recuperadas por Trabalhadores (ERT), que surgem quando empresas capitalistas falidas são assumidas por seus funcionários, tornando-se empreendimentos coletivos e autogeridos. Um exemplo notável é a Uniforja – Cooperativa Central de Produção Industrial de Trabalhadores em Metalurgia, fundada no ano de 2000 no município de Diadema (SP). A cooperativa nasceu após a falência da empresa Mannesmann, garantindo a continuidade das atividades produtivas sob gestão dos próprios trabalhadores.

Essas diferentes formas de organização demonstram como a Economia Solidária se estrutura em diversas frentes, criando alternativas sustentáveis ao modelo econômico tradicional e promovendo inclusão social por meio da cooperação e da autogestão.

Existem também Redes e Cadeias produtivas solidária, como é o caso da Justa Trama, marca de confecção de roupa de uma cadeia produtiva que une e articula produtores de algodão agroecológico, com artesãos na criação de um sistema de produção totalmente ecológico e sustentável; os Empreendimentos de Comercialização Solidária como feiras focadas na comercialização de produtos oriundos de produções solidárias e as organizações voltadas para o consumo solidário, como os Grupos de Consumo Responsáveis, iniciativas onde os consumidores se organizam coletivamente para comprar de produtores agroecológicos; e os Clubes de Troca, quando a ausência monetária inibe a divisão social do trabalho e a comunidade se une para estabelecer uma moeda social.

Entretanto, apesar de Singer compreender os empreendimentos solidários como um fator essencial para a formação de relações de produção pós capitalista, ele também analisa que a maior parte das organizações cooperativistas nascem em resposta a uma crise socioeconômica. Mas afinal o que é a desestruturação do sistema alimentar senão uma crise social, econômica, cultural e ambiental. Desde a substituição de feiras livres pelas grandes corporações do varejo estruturado, passando pelas transformações tecnológicas dentro do campo que alteraram a forma tradicional de cultivo e impuseram uma produção transgênica e prejudicial ao meio ambiente e chegando nas mudanças culturais no consumo que a importação de uma lógica neoliberal e colonialista de comercialização gerou, são mudanças que afetaram

negativamente não só a alimentação, como também intensificou a desigualdade social nos países do sul, entre eles, o Brasil. Nessas condições, o desenvolvimento solidário se tornou um passo necessário para a criação de novas oportunidades de produção, comercialização e consumo.

Em conjunto com a economia solidária, estão os Grupos de Consumo Responsável (GCR). Desde a década de 1990 diversas experiências de consumo coletivo vêm sendo desenvolvidas no Brasil, resgatando movimentos de consumo cooperativista desenvolvidos no século XIX. O objetivo dessas organizações está em construir estratégias de compra e venda baseadas em relações éticas entre os produtores, vendedores e consumidores, promovendo a responsabilidade social nas relações que envolvem a própria comercialização e a produção, além disso, essas organizações empenham-se em ir além do ato de consumo, articulando um espaço de troca de saberes e reflexões entre os participantes. Os grupos são geralmente compostos por consumidores e produtores cujo propósito é transformar o consumo em um ato político, visando uma experiência de compra sustentável e a transformação de hábitos. Dessa forma, o consumo solidário atua como um exercício de poder do consumidor, onde ele assume a responsabilidade na dinâmica das relações sociais que envolvem as etapas dos circuitos de comercialização, acarretando a manutenção dos postos de trabalho, estratégias de desenvolvimento sustentável e no combate à desigualdade e exclusão social e degradação ambiental. (Mascarenhas; Pistelli, 2011)

Os GCR buscam oferecer produtos oriundos da Economia Solidária, agricultura familiar e produções orgânicas e agroecológicas. Consequentemente, os grupos têm a tarefa de encontrar meios de unir os produtores aos consumidores, esse processo passa pela discussão de que tipo de produto os participantes desejam consumir e que tipo de empreendimento produtivo vai ser fortalecido por meio da compra.

Para a ação dos grupos de consumo responsável serem significativas, acreditamos que a interação entre as pessoas que compõem esses coletivos é o ponto que exige mais atenção. A compra coletiva, que viabiliza o acesso aos produtos, é considerada como um instrumento para fortalecer relações de parceria, de troca, baseadas no reconhecimento do valor da produção, da terra, do trabalho, da nutrição, da cooperação e da solidariedade entre pessoas na construção de uma sociedade mais justa e humana (Mascarenhas; Pistelli, 2011, p. 26).

Entretanto, para a formação e o funcionamento de um Grupo de Consumo Responsável existem alguns desafios, como o funcionamento da gestão, a viabilidade econômica de lidar com possíveis prejuízos e imprevistos, a questão da logística e armazenamento, mecanismo de formação de preços e a pretensão de conseguir oferecer produtos por um preço acessível a todas as classes sociais, a ampliação de vendas e principalmente ampliar a comunicação e o envolvimento dos participantes do grupo para expandir a potencialidade das ações. Diante desses desafios, a construção e a consolidação de GCRs exigem não apenas organização e planejamento, mas também o fortalecimento de redes de apoio entre produtores e consumidores.

A economia solidária oferece um caminho para superar essas dificuldades por meio da cooperação, da autogestão e do compromisso com princípios que vão além da lógica mercadológica tradicional. A experiência de diferentes iniciativas demonstra que, quando há engajamento coletivo e estratégias bem estruturadas, é possível viabilizar modelos de comercialização mais justos e sustentáveis, conectando diretamente produtores e consumidores comprometidos com a transformação social.

Nesse contexto, a experiência de São Carlos se destaca como um importante exemplo de como políticas públicas e mobilizações sociais podem criar um ambiente favorável para o desenvolvimento da Economia Solidária. O município consolidou-se como referência nacional nesse campo, articulando iniciativas que promovem o fortalecimento de empreendimentos solidários e incentivam a participação da população em práticas de consumo consciente. No próximo capítulo, serão analisadas as estratégias adotadas em São Carlos, demonstrando como a cidade construiu uma rede de apoio à Economia Solidária e quais impactos essas ações geraram na vida dos trabalhadores e consumidores envolvidos.

4 – O território de São Carlos e as experiências de economia solidária

O município de São Carlos, foco principal deste estudo, vêm construindo políticas públicas para o fomento da Economia Solidária desde 2004, começando pela criação do Departamento de Apoio à Economia Solidária (DAES) homologado pela Lei 13.486/2004, o departamento inicialmente estava integrado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia, posteriormente passou a fazer parte da Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda, desenvolvendo suas atividades no Centro Público de Economia Solidária e, a partir de 2025 foi alocado na Secretaria de Turismo.

Entre as ações do DAES, em convênio com o Senaes, no Plano Brasil sem Miséria, projeto sancionado pelo governo de Dilma Rousseff (PT) em 2011, esteve a criação, impulsão e articulação de empreendimentos solidários e cooperativistas, cujo objetivo era a integração de populações marginalizadas à economia da cidade por meio da geração de trabalho e renda além de contribuir para o fortalecimento da organização social e política da população, principalmente nos bairros periféricos como Antenor Garcia, Cidade Aracy I e II, Jardim Gonzaga e a zona rural composta por assentamentos de agricultura familiar, buscando a inclusão e o acesso à cidadania. Através deles são oferecidos para a comunidade cursos de capacitação e consultoria para a formação de cooperativas

No Centro Público de Economia Solidária “Herbert de Souza” são realizadas mensalmente reuniões do Fórum Municipal de Economia Solidária, onde os gestores e representantes de diversas cooperativas populares se reúnem para organizar eventos que promovam a Economia Solidária na cidade através de feiras, como a Feira da Praça XVI, a Feira do Bem e as Feiras Ecosolidárias que ocupam as universidades públicas da cidade semanalmente. Em 2011, durante o governo de Oswaldo Barba (PT) foi promulgada a Lei 155.853/11 que decretou a criação do Conselho Municipal de Economia Solidária e o Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária, o fundo está disponível para todas as cooperativas do município, basta o empreendimento ter um representante participando ativamente das reuniões no Centro.

O Fórum Municipal de Economia Solidária é, além disso, um espaço de articulação sociopolítica, na busca pela continuidade e fortalecimento dos alicerces estatais, como foi observado no decorrer da pesquisa empírica. Ao longo do período

de eleição, os participantes do Fórum enviam cartas de comprometimento com Economia Solidária para que os candidatos assinem ou não, isso não é uma garantia de que o arcabouço legal será mantido, mas demonstra uma força de reivindicação constante pelos direitos já conquistados. As políticas municipais de fomento à Empreendimentos de Economia Solidária foram criadas, principalmente, durante os governos populares de Newton Lima (2001-2008) e Oswaldo Barba (2009-2012), a vista disso essas políticas foram ameaçadas por governos posteriores, contudo a força do movimento social e político conseguiu resistir as tentativas de desmonte das estruturas de fomento. Uma das entrevistadas que concedeu seu relato para esta pesquisa é Rita Fajardo, que conheceu a Economia Solidária através dos cargos de gestora pública e diretora do DAES durante o governo de Oswaldo Barba. Posteriormente seguiu fortalecendo o movimento social por meio do TASCAs – Talentos Artísticos de São Carlos, um empreendimento que reúne pessoas das áreas de artesanato e gastronomia, o grupo foi fundado em 2012 e hoje tem cerca de 22 membros.

Entre as principais diretrizes do coletivo estão a autogestão e o fortalecimento e a ocupação ativa dos espaços políticos da EcoSol em São Carlos, como o Conselho Municipal e a Comissão Organizadora da Feira da Praça XV. A entrevistada considera a participação ativa da comunidade como um fator essencial para a manutenção das políticas públicas na cidade, segundo sua fala concedida em entrevista em julho de 2024 sobre o funcionamento do TASCAs e sua experiência com EES em São Carlos, Rita afirma:

[...] “E como tinha um movimento estabelecido, eu achei importante fortalecer esse movimento, porque eu sabia que não era uma política pública de Estado, é uma política pública de governo, se entra um que não quer... A gente foi atacado várias vezes, tentaram acabar com a Economia Solidária mais de uma vez, no governo Altomani, no governo Ayrton, no segundo governo Ayrton. Então a gente teve muita dificuldade em relação a isso e a gente sabia que se tivesse um movimento forte era um jeito de segurar pelo menos, fazer barulho e tal. A gente sempre investiu muito nisso, então a ideia era fortalecer esse movimento para que a gente não perdesse a política pública, e até agora pelo menos tem dado resultado.” (Informação verbal).⁴

Para além das políticas municipais, existe também o apoio das universidades públicas, tanto a USP (Universidade de São Paulo) quanto a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) possuem projetos de extensão que buscam apoiar as iniciativas

⁴ Entrevista concedida a autora em setembro de 2024.

solidárias na cidade. O Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol), é uma unidade de ensino, pesquisa e extensão vinculada à UFSCar que atua há quase 15 anos incentivando a construção e integração de EES na cidade e região mediante a disseminação de conhecimentos sobre o cooperativismo e a autogestão; e capacitação de formadores e assessores para atuar na incubação de novos empreendimentos. Segundo a definição do próprio núcleo, em sua página na internet, o intuito do grupo é o “acompanhamento sistemático e de rotina de grupos que estejam se organizando para se constituir ou se consolidar como um empreendimento coletivo e autogestionário.” O NuMI-EcoSol tem como objetivo: atender e qualificar grupos de pessoas em situação de vulnerabilidade social; articular a formação e qualificação de profissionais que atuem e produzam conhecimento no campo da Economia Solidária através de experiências empíricas e democratizar o conhecimento produzido.

O NuMI-EcoSol é uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP). As ITCPs, são caracterizadas por serem iniciativas vinculadas a instituições de ensino, pesquisa e extensão, como universidades, cujo propósito principal é fomentar o desenvolvimento de empreendimentos solidários conciliando o conhecimento acadêmico, técnico e social. Existem dezenas de ITCPs no país que buscam promover a economia solidária como alternativa ao modelo tradicional, estimulando uma inclusão produtiva e comercial. Para isso, buscam oferecer formação e capacitação técnica para membros das cooperativas, desenvolver e aplicar tecnologias sociais que atendam às necessidades particulares de cada comunidade, respeitando a realidade de cada uma; fortalecimento de redes e parcerias entre as cooperativas, movimentos sociais e o poder público; e principalmente promover a união entre o conhecimento acadêmico e o desenvolvimento comunitário.

As ITCPs atuam por meio de um processo de incubação que inclui: o diagnóstico, isto é, a identificação das necessidades e potencialidades da comunidade em questão; o planejamento e elaboração de planos de gestão e estratégias de comercialização; suporte contínuo às cooperativas e preparação para que elas consigam operar de forma autônoma. Tendo como mote a inclusão social, redução de desigualdades e sustentabilidade.

Para a implantação de um desenvolvimento solidário é necessário contar com uma assessoria que aplique a teoria na prática, tanto os assessores e técnicos

oriundos de órgãos estatais como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) ou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), quanto aqueles que atuam através de ITCPs e extensão universitária possuem um papel fundamental na construção desse modo alternativo de produção e comercialização.

Os produtores entrevistados para essa pesquisa afirmam sobre a importância desse apoio externo para facilitar o acesso a políticas públicas, aumentar a visibilidade dos assentamentos e da agricultura familiar e, conseqüentemente, o auxílio no escoamento dessas produções que estão à margem das estruturas financiadas pelo supermercadismo e o agronegócio, além de colocar os produtores como protagonistas do movimento por um modelo de comercialização mais justo, como é o caso da Economia Solidária.

A Associação dos Produtores Rurais Nova Santa Helena é um exemplo disso, como foi relatado por Maria Aparecida Rosa Silva – conhecida pela comunidade como Dona Zita. Em sua entrevista concedida para esta pesquisa, ela discorre sobre como foi conseguir acessar os programas de compras institucionais do governo, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Abastecimento Escolar (PNAE), que é para onde são destinadas a maior parte da produção desde 2016 e 2017, respectivamente. A produtora afirma que foi preciso muita luta para conquistar o direito de escoar sua produção através dos programas institucionais, para a assentada, de lá para cá as coisas vêm melhorando conforme seus direitos são conquistados, em entrevista concedida em setembro do ano passado, ela afirma: “Você sabe né, a reforma agrária em si é um processo ainda bem difícil né assim, até mesmo em forma de entendimento social, então tá andando, tá avançando bastante, a gente espera que vá melhorar ainda mais mas ainda tá em passo lento assim, mas perto do que era lá atrás, avançamos muito.” (Informação verbal). Ela também cita a Conab, que voltou a ser acessada pela Associação em 2024, para ela é uma grande vitória porque a Conab cobra preços mais justos que os outros programas, além de buscarem as produções no próprio território, ao contrário dos outros programas que precisam ser entregues pessoalmente na cidade, o que pode ser vista como uma dificuldade no caso de produtores que possuam problemas de locomoção.

Há também o relato da experiência de Suely Pinheiro da Costa, produtora e assentada no Assentamento Nova São Carlos. Segundo entrevista realizada em setembro de 2024, houve dificuldades na fundação de uma associação entre os assentados, o que dificultava o acesso a verbas e políticas públicas. Contudo, ela

relembra com orgulho as oportunidades que a meliponicultura, isto é, cultivo de abelhas sem ferrão e a fundação da Cooperabelhas – Cooperativa de Trabalho de Produtores e Produtoras Rurais e Criadores de Abelhas de São Carlos e Região – trouxeram para o território. Ela conta que depois da fundação da cooperativa solidária e autogestionária com o apoio da ementa parlamentar de Djalma Nery (PSol), vereador do município, novos projetos começaram a ser implementados:

“[...] Porque eu acho isso importante, a divulgação do assentamento [...] Eu chego nos lugares assim e jamais que eu tenho vergonha de falar que eu moro em assentamento, onde que eu vou eu falo ‘ah porque eu moro dentro de um assentamento’ e muita gente fala ‘ah que isso? Sem-terra?’ Não, eu já fui uma sem-terra, hoje eu sou uma assentada, hoje eu tenho a minha terra e muita gente fala assim ‘ah porque eu não gosto de sem-terra, eles são muito bagunceiros, é isso, é aquilo’ [...] As pessoas as vezes acha que todo mundo sem terra é pessoas que não trabalha. Tanto que você vê minhas produções aqui, tem muitos produtores rurais aqui dentro e as pessoas trabalham honestamente e o que a gente quer, é só isso, é ser reconhecido como produtores rural, pequenos produtores rurais, mas está aqui na luta. Você vê o pessoal do Santa Helena mesmo, todo mundo tem o seu lotinho, tem a sua produçãozinha, lá eles põem feira né, e a gente tira o nosso dinheiro honesto e cada pessoa que levantar de manhã cedo, ele sentar na mesa para ele tomar o café da manhã dele, se ele tem um queijo, veio de onde? Do pequeno produtor [...] Então eu acho que tem que ser mais divulgado e eu gosto de vir gente aqui no meu lote, porque essas pessoas que sai divulgando o assentamento e mostrando que o pequeno produtor, somos honestos e estamos aqui vendendo e estamos na nossa luta e a gente quer crescer” (informação verbal)

Contribuindo com a construção de uma rede solidária no município existe o Tandem – Comunidade de consumo responsável de São Carlos, uma organização cuja definição é "um grupo auto-organizado cujo objetivo é fortalecer os circuitos econômicos locais, fomentar a produção e o abastecimento alimentar local e justo, promover espaços de participação social e democratizar o acesso a alimentos orgânicos e de produção responsável" (Schwenck, 2022). O grupo gestor é formado majoritariamente por mulheres, e os consumidores também são em maior parte do gênero feminino, um ponto simbólico levando em consideração que na maior parte das famílias as mulheres são as administradoras do lar. A estrutura da associação se assemelha às observações de Paul Singer sobre construção de grupos de consumo solidário; há uma mensalidade que remunera os gestores do grupo e também constrói um fundo coletivo para possíveis imprevistos, preservando a longevidade da organização.

A fundadora e gestora do grupo Tandem, Luana Castelli, possui também um ponto fixo de comércio familiar que se propõe a comercializar apenas produtos

orgânicos e originados de agroindústrias nacionais, afirmou em entrevista cedida para esta pesquisa que hoje ela não vê mais o Tandem apenas como um grupo de consumo responsável, mas também o compreende como um grupo que promove um consumo político, ético e militante. A fundação do grupo foi em 2016 e a primeira compra coletiva foram duas toneladas de arroz orgânico, os interessados se articularam através de um grupo em uma rede social que acabou permanecendo, as pessoas que fizeram parte desse primeiro movimento já vinham de um histórico: ou já ocupavam os espaços da Economia Solidária, ou faziam parte do NuMI ou já consumiam através do CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura). No período da criação do Tandem, o CSA em São Carlos estava enfraquecendo, o objetivo do coletivo era conectar os produtores aos consumidores através de cestas de produtos e uma mensalidade que era paga aos produtores independentemente de fatores externos, os benefícios ao produtor eram o escoamento planejado e direcionado, sem desperdícios.

Segundo Luana, os fornecedores buscados pelo Tandem devem ser preferencialmente produtores agroecológicos e pequenos agricultores locais, principalmente nas compras coletivas de produtos frescos, parafraseando a entrevistada, se é um pequeno agricultor, faz parte de assentamento de reforma agrária e está com excedente, o grupo se articula para financiar esse produtor através do consumo. Contudo, a gestora relata que a sobrevivência das produções orgânicas está cada vez mais difícil e depois do fim da CSA ainda não conseguiram um esquema tão eficiente quanto aquele, mesmo nessas condições, o Tandem realiza um papel importante para a manutenção e resistência dos agricultores assentados, pois colaborando para a construção de uma relação de trocas mais curta que os supermercados apresentam, cria-se uma comercialização mais humanizada que respeita as safras, ciclos produtivos e financia a agroecologia local.

O grupo tem cerca de 100 membros, não é a maioria que participa de todas as compras coletivas que ocorrem, todavia os integrantes do grupo se beneficiam através da estruturação de uma comunidade autogestionária de trocas, apresentando um novo ponto de vista acerca dos preços e da remuneração do produtor, do trabalho que envolve esse tipo de consumo mais respeitoso ao meio ambiente, isso também traz vantagens aos produtores que além de conseguirem se organizar através de uma compra casada e planejada, também passam a alcançar uma gama de consumidores

mais ampla e mais consciente, onde não se perde a relação cidadã entre o campo e cidade.

Entretanto, a realização prática dos princípios que regem o GCR Tandem acaba não suprimindo a idealidade inicial do projeto. Em primeiro lugar, o modelo de funcionamento do grupo demanda que seus membros possuam além de estabilidade financeira, uma boa organização para se adaptar ao modelo das compras, o que pode resultar em um movimento de consumismo, principalmente em compras coletivas cujos fornecedores sejam de regiões mais distantes ou que exijam que as compras sejam realizadas a partir de um número mínimo de caixas.

Outra questão levantada é sobre o rastreamento desses fornecedores, uma das consumidoras que cedeu entrevista, foi Rita Ferreira, ela aponta que nem sempre os membros e gestores conseguem trazer fornecedores que sejam de fato solidários, a consumidora afirma:

“É na verdade, assim, essa é uma das coisas que eu questiono. Muitas dessas indústrias, das quais a gente tem comprado e feito compra pelo Tandem são indústrias mesmo e elas estão na lógica do capitalismo. Apesar da gente estar com um discurso anticapitalista.” (Informação verbal).

Por outro lado, isso não invalida o movimento promovido pelo GCR Tandem na busca por alternativas éticas e que apoiem pequenos agricultores. A construção do Consumo Responsável é feita a partir de tentativas e toda tentativa é válida se for movida na busca por um cenário ideal, e apesar das dificuldades encontradas, o Tandem ainda é um grupo politicamente importante justamente por cumprir seu papel estreitando laços entre produtores e consumidores, além de unir pessoas com as mesmas motivações, apoiando os pequenos produtores e buscando alimentos saudáveis, que não façam uso de agrotóxicos e regenerem a terra através da agroecologia. Um dos consumidores entrevistados é Marcelo Miky, que conheceu o grupo a partir da amizade com uma das gestoras, Marcelo afirma que se interessou pois sempre buscou um consumo que respeitasse o meio ambiente, além de afirmar que através do grupo pôde conhecer e ter acesso a uma variedade de produtos novos, ou que não são de fácil acesso pelos supermercados, seja pelo preço ou por não estarem presentes nas prateleiras:

“Sempre tive interesse em sustentabilidade e vi que tinha possibilidade de adquirir produtos dos quais eu não tinha muito acesso fácil aqui e também por um preço bom, porque aí comprava com o CNPJ do Tandem e dividia entre todos que compravam e também, acho que mais pelo fato de ter essa variedade de produtos que não tenho acesso muito fácil por aqui. Então foi por isso que eu me interessei.” (Informação verbal).

Buscou-se também compreender como os consumidores viam sua participação no Tandem, os entrevistados afirmam que veem o consumo responsável como um ato político, além de acharem importante a contribuição para a manutenção do coletivo pelo que ele representa. Além de se beneficiarem com o acesso a alimentos de qualidade e transversalmente incentivarem os produtores locais e assentados.

É inegável a importância do papel realizado pelo grupo de consumo político-responsável Tandem, tanto sua contribuição para o movimento social na luta por um consumo mais equilibrado e ponderado, quanto seu trabalho pedagógico em espalhar para mais pessoas a importância de um consumo consciente. Contudo, infelizmente, segundo a própria gestora, o Tandem ainda não tem como carro-chefe a comercialização de frescos, logo, apesar de priorizarem os produtores locais e ter uma grande gama de produtos, o GCR ainda não realiza um papel substancial na comercialização das mercadorias produzidas nos assentamentos, salvo casos específicos quando há algum excedente, ou como é relatado pela Dona Zita, ocorrem encontros com o Tandem para a realização de cestas, mas não há uma periodicidade constantes dessas negociações, segundo ela a maior parte da sua produção é comercializada por meio de programas institucionais.

Contudo, a agricultora vê benefícios na construção de uma relação de trocas com o Tandem. Para ela é significativo que os consumidores tenham consciência e compreensão pelos produtos frutos da agricultura familiar. Durante a entrevista, foi perguntado a ela, como funcionava a comercialização através do Tandem pela sua perspectiva, a cada ano que passa essa relação vem se fortalecendo cada vez mais em virtude da percepção de pessoas como a Gestora Luana que priorizam as produções agroecológicas e levam e conta a perecibilidade de uma horta sem agrotóxicos e tecnologias agressivas, como o tomatinho cereja que Dona Zita estava embalando ao decorrer da entrevista, caso não fossem colhidos a tempo, seriam parte de um trabalho perdido. Ela afirmou:

“É isso que precisa da compreensão de quem recebe o produto que é diferente de quem pega o produto lá no Ceasa e que vai repassar. Também não está fora da lei que eles peguem os produtos do Ceasa ou vem de outros estados, por exemplo. Estão dentro da lei, mas está fora da consciência do recebedor do produto. Porque o que está no Ceasa, está seguro, está na câmara fria, está protegido. Literalmente, falando, ele tem o seguro do produto lá, agora o daqui não o daqui se não for tirado ele dentro do tempo, nós perdemos. Ele então precisa ter prioridade naquela produção que está no campo. Então são falas que sempre a gente está nesse impasse, conversando sobre isso passa um tempo volto a falar sobre isso de novo, então é onde eu falo da compreensão, que é diferente de quem pega no Ceasa.” (Informação verbal)

No caso de Dona Suely, a maior parte das vendas é realizada através do contato direto com os fregueses, batendo de porta em porta, seu maior negócio é o leite e seus derivados. Apesar de locais e experiências de ocupação diferentes, ambas reconhecem o papel político que suas produções exercem. Durante a entrevista concedida, Dona Zita afirmou foi perguntado a Dona Suely o que ela achava da relação construída entre ela e os seus consumidores, a camponesa respondeu:

“Acho importante. E uma que muita gente, hoje mesmo veio um pessoal aqui buscar queijo e verdura, aí falou ‘ah não, vou pegar o seu aqui porque eu sei que não tem veneno’. Então essa é a parte principal da história né, de você vender e as pessoas te conhecer porque quando você não vai levar para elas, elas vêm aqui buscar, porque elas sabem que não tem veneno, e um produtor grande, ele não se preocupa com isso né. Então para ele ‘ah passa o veneno, quero saber da minha produção’. E a gente não, a gente quer saber da qualidade e não quantidade, se você levar um produto com uma qualidade bem boa, você vai ter um cliente para muito tempo, agora se você levar um produto cheio de veneno... cheio de veneno, eles vão no mercado e a maioria dos produtos do mercado é cheio de veneno né, eles vão lá e compra, quem quer comer tudo bem.... Agora quem não quer, se a gente não levou lá, eles vêm buscar na casa da gente e isso é importante. Muito importante.” (Informação verbal)

Com os dados apresentados é possível observar que existe um movimento consolidado acerca da Economia Solidária na cidade, com pessoas engajadas politicamente e pressionando pela permanência, resistência e criação de políticas públicas e dos artifícios que já existem na cidade como as feiras, os Centros Públicos de Economia Solidária, o Fórum Municipal e o DAES. Além disso, a partir dos relatos com as camponesas inseridas na agricultura familiar e no cultivo agroecológico, que elas sabem a importância do seu papel social na articulação do movimento no município e acreditam na produção de orgânicos como uma alternativa saudável e sustentável àquela oferecida pelas grandes redes de supermercado, reconhecendo

também como seu trabalho e a relação com a terra contribuem na luta pela reforma agrária.

Já o consumo responsável, é um movimento que está sendo construído na cidade e em constante evolução, um exemplo disso é o papel exercido pelo GCR Tandem. As entrevistas com a gestora e os consumidores do grupo demonstram que a conscientização acerca do consumo é um processo que exige tempo, trabalho e dedicação, o Tandem é um grupo em constante crescimento, onde os envolvidos buscam educar cada vez mais pessoas e apoiar os produtos regionais. Contudo apesar de haver um movimento solidário consolidado na cidade, ainda falta a construção de uma rede solidária capaz de articular os produtores da região com os consumidores. Depois da extinção do CSA, ainda não houve tentativas exitosas que possibilitaram o fortalecimento da relação de trocas contínuas entre aqueles que produzem e aqueles que buscam esse consumo, dessa forma, seria importante buscar artifícios que viabilizem essa articulação. No mais, a mobilização já existente é essencial para a compreensão de como a trajetória na construção de um modo alternativo de produção, comercialização e consumo é essencial e capaz de mudar vidas através da inclusão produtiva, senso de pertencimento, autonomia e participação política.

5 – Perspectivas e considerações finais

O supermercadismo é apresentado como um modelo de negócios que segue a lógica neoliberal de maximização do lucro em detrimento do bem-estar social e vem se expandindo no Brasil e no mundo desde a década de 1980, reformulando as estruturas alimentares mundiais e a forma de produzir e comercializar alimentos. Marcado pela centralização de uma ampla variedade de produtos com reposição dinâmica, a conveniência de encontrar tudo o que precisa em um só lugar, estratégias agressivas de marketing e, principalmente, preços competitivos com os quais os comércios locais fora das redes não consegue competir. Colaborando com a manutenção do poderio oligopolista das grandes redes que não só desequilibram os circuitos de comercialização regionais, como também controlam as demandas e impõem preços e um nível de qualidade incabível com a realidade, além de impossibilitar a participação dos pequenos produtores oriundos de assentamentos de agricultura familiar que não conseguem atender as exigências de uma grande rede.

Entre as consequências do domínio supermercadista estão as mudanças nos hábitos alimentares, como a dificuldade de encontrar produtos regionais que são substituídos por aqueles que são padronizados não só entre os consumidores brasileiros como também entre os consumidores ao redor do globo, incentivando a compra de produtos ultraprocessados em detrimento de alimentos frescos e locais, com possíveis consequências para a saúde e a segurança alimentar das comunidades. A manutenção e o crescimento desenfreado desse sistema estão diretamente ligados à propagação da agenda neoliberal, os sistemas alimentares nacionais deixaram de ser regulamentados de forma eficiente pelo Estado que passou a favorecer o mercado em desfavor da segurança alimentar da população, essa perda da soberania estatal no abastecimento alimentar nacional é classificada como neorregulação, tendo em vista que o financiamento do Estado é um fator essencial para o crescimento e monopolização da estrutura varejista globalizada. No Brasil isso pôde ser visto através dos desmonte das estruturas de abastecimento, como a Sunab, Cibrazem, Cobal e a Rede Somar de Abastecimento, todas estas foram perdendo suas forças a partir de meados da década de 1970.

A década de 1990 foi um momento crucial na reestruturação do modelo de consumo mundial. Em 1989, ocorreu o Consenso de Washington, marco que indica a imposição do regime alimentar por parte dos Estados Unidos, principalmente nos

países do sul. Na América Latina, destaca-se a abertura unilateral de fronteiras e mercados agrícolas, privatização de desmonte das estruturas de crédito voltadas para os produtores de pequeno porte, enfraquecimento da reforma agrária e principalmente orientação da agricultura a favor da exportação. Conseqüentemente, o agronegócio e as tecnologias impostas pela Revolução Verde passam a protagonizar o campo, ameaçando a agricultura familiar, deixando-os economicamente e socialmente vulneráveis e expostos a insegurança alimentar. Além disso, a mercantilização alimentar traz consigo duas mudanças sociais notáveis, a proletarização de populações que antes eram rurais, enfraquecendo a comunidade camponesa através do êxodo rural, a extensão da dependência econômica de países do sul global, principalmente através da sujeição a tecnologias apresentadas pela Revolução Verde e a polarização e desigualdade social crescente entre as produções latifundiárias e a agricultura familiar.

A ausência do Estado também trouxe consigo uma mudança drástica no cenário comercial, sem políticas ativas para previne o crescimento constante do oligopólio supermercadista, a sobrevivência de mercados alternativos às grandes redes e circuitos curtos de comercialização se tornaram vulneráveis ao tentar competir. O supermercadismo é um sistema de comercialização, que segue a lógica neoliberal e é aliado ao agronegócio e suas formas de produção, estabelecendo assimetrias de poder que não só enfraquecem o pequeno produtor e sua autonomia, como também trazem malefícios para o consumidor. Frente a essa realidade, marcada por impactos negativos, a Economia Solidária é apresentada como uma tecnologia social capaz de transformar relações econômicas, tornando-as mais justas, dentre elas os Grupos de Consumo Responsável, que buscam fortalecer a agricultura familiar através do consumo de produtos agroecológicos.

A Economia Solidária é um modo de produção e comercialização alternativo ao sistema dominante que promove a inclusão produtiva baseando-se em conceitos fundamentais como o cooperativismo, a autogestão e sustentabilidade, indo em contraposição ao capitalismo e a lógica neoliberal que prioriza o lucro sobre o bem-estar social e ambiental. Para a construção de uma sociedade mais igualitária, é necessário que as relações sociais de produção e comercialização sejam organizadas de forma democrática, cujo princípios básicos sejam a propriedade coletiva do capital e a autogestão, sem deixar de lado o direito à liberdade individual, criando assim uma classe única de trabalhadores. A autogestão e a propriedade coletiva são princípios

centrais na construção e administração de EES, assim os membros dos empreendimentos organizam coletivamente como funcionarão as repartições de ganho e o destino dos fundos coletivos. Focada na justiça social, a Economia Solidária busca reduzir desigualdades, incluindo grupos marginalizados, e valorizando práticas sustentáveis que respeitam o meio ambiente e promovam o consumo responsável. Além disso, destaca a valorização do trabalho humano, garantindo condições justas e dignas para todos os trabalhadores, tendo como objetivo atender ao bem comum, em vez de maximizar lucros individuais. Abrangendo uma diversidade de modalidade, como cooperativas de produção e prestação de serviços, grupos de consumo responsável, feiras de Economia Solidária e bancos comunitários.

A intervenção estatal é a peça-chave para a construção desse tipo de empreendimento, através de subsídios para o financiamento e políticas públicas para a manutenção, expansão e resistência dos EES. No Brasil, houve a criação da Senaes dentro do Ministério do Trabalho e Emprego em 2003, que apesar de ter passado por desmontes em meados de 2010, com o terceiro mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT) em 2024 houve a sanção da Lei Paul Singer que estabeleceu a criação da Política Nacional de Economia Solidária e o Sistema Nacional de Economia Solidária cujo intuito é fortalecer o cooperativismo por meio da facilitação ao acesso à financiamentos, meios de produção, mercados e tecnologias fundamentais para o desenvolvimento solidário.

Já os Grupos de Consumo Responsável são iniciativas coletivas que buscam promover práticas de consumo éticas, sustentáveis e solidárias, priorizando a compra de alimentos e bens que respeitam o bem-estar social através da sustentabilidade, justiça social e apoio à economia local. Esses grupos apoiam diretamente pequenos produtores e cooperativas, colaborando para o financiamento de produções agroecológicas e fortalecendo a economia regional. Além de valorizar produtos sustentáveis e naturais, os membros são incentivados a adotar um consumo consciente, refletindo sobre o impacto social e ambiental de suas escolhas. Atuam por meio da educação e conscientização, promovendo atividades que fortaleçam laços comunitários e se posicionam como uma alternativa ao consumo tradicional, que muitas vezes prioriza a conveniência e o preço em detrimento da qualidade e da ética. Ao priorizarem a compra de alimentos e bens que respeitam critérios de sustentabilidade e justiça social, reforçam os princípios solidários apoiando financeiramente pequenos produtores e cooperativas, garantindo remuneração justa

e fortalecendo pequenos produtores. Com o apoio do consumo solidário é possível promover a sustentabilidade e a inclusão, além de desafiar o modelo supermercadista, que concentra poder econômico e influência social.

Tendo em vista os conceitos apresentados, a pesquisa realizada sobre a Economia Solidária, no município paulista de São Carlos evidencia a relevância desse modelo econômico como uma alternativa viável ao formato de consumo imposto pela oligarquia supermercadista. Ao longo do estudo, ficou claro que a crescente concentração do setor supermercadista não apenas compromete a qualidade dos alimentos disponíveis, mas também prejudica pequenos produtores, que se veem forçados a se adaptar a um mercado que prioriza a quantidade em detrimento da qualidade e da sustentabilidade.

Políticas públicas acerca da Economia Solidária vêm sendo construídas desde 2004 com a criação do Departamento de Apoio à Economia Solidária, entre as ações do DAES esteve a criação, impulsão e articulação de empreendimentos solidário e cooperativistas, buscando a integração de populações marginalizadas à economia da cidade por meio da inclusão produtiva e o estabelecimento do Conselho e do Fundo Municipal de Economia Solidária em 2011. Assim, a cidade conta com feiras Ecosolidárias, Centros Públicos de Economia Solidária, onde ocorrem o Fórum Municipal de Economia Solidária, um espaço de articulação sociopolítica ocupado por representantes de EES. Grande parte das políticas municipais de fomento foram consolidadas durante os governos populares de Newton Lima e Oswaldo Barba, e apesar de governos conservadores posteriores terem tentado acabar com essas políticas, o movimento social manteve-se firme nas reivindicações de manutenção das instituições já estabelecidas.

Outro ponto importante é a presença do NuMI-EcoSol, vinculado a UFSCar que atua há mais de 15 anos na construção e integração de cooperativas da região, seu papel é fundamental para a implantação do desenvolvimento solidário no município, através da identificação das potencialidades de cada comunidade, planejamento e elaboração de estratégias de autogestão e comercialização, chamadas de assessoria. Os produtores assentados que concederam entrevista para a realização desta pesquisa relatam a importância do apoio externo que facilitaram o acesso às políticas públicas, aumentam a visibilidade do assentamento e da agricultura familiar, conseqüentemente, auxiliando no escoamento das produções agroecológicas que

estão à margem do agronegócio e das estruturas supermercadistas, tornando-os protagonistas do movimento por uma comercialização mais justa.

Contribuindo com o fortalecimento da EcoSol no município está o GCR Tandem, fundado em 2016 com o objetivo é fortalecer pequenos produtores e realizar compras coletivas de agroindústrias nacionais que prezem pela sustentabilidade e bem-estar social. Os circuitos curtos de comercialização emergem como uma resposta eficaz a esses desafios, promovendo uma relação mais direta e responsável entre consumidores e produtores. Através da valorização de produtos frescos e locais, esse modelo não apenas fortalece a segurança alimentar, mas também fomenta a justiça social e a inclusão econômica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da comunidade. Todavia os dados coletados e as análises realizadas demonstram que, para que a Economia Solidária alcance seu pleno potencial, é fundamental a criação de políticas públicas que incentivem e sustentem essas iniciativas. A pesquisa também revelou a necessidade de uma maior conscientização dos consumidores sobre os benefícios de optar por produtos provenientes de práticas solidárias, que não apenas atendem às suas necessidades alimentares, mas também promovem um impacto positivo na economia local.

Em suma, as políticas e os espaços voltados para o fomento da Economia Solidária juntamente com os Grupos de Consumo Responsável, como o Tandem, se apresentam como uma alternativa promissora ao supermercadismo, capaz de transformar hábitos de consumo e fortalecer a rede de pequenos produtores, contribuindo para um futuro mais justo e sustentável. No entanto o caminho a ser percorrido ainda é longo e exige uma união maior entre as iniciativas solidárias, há a necessidade da construção de uma rede que una o Tandem, os produtores assentados e os empreendimentos solidários. Dessa forma, a continuidade de estudos nessa área é essencial para aprofundar a compreensão dos desafios e oportunidades que esse modelo econômico oferece, bem como para promover sua expansão e eficácia em diferentes contextos.

Referências Bibliográficas

ATHAYDE, Amanda. **Antitruste, varejo e infração à ordem econômica**. São Paulo: Editora Singular, 2017

BELIK, Walter. Agricultura, concentração no setor da comercialização e novos espaços para a distribuição de produtos frescos. **Revista Economia Ensaios**, v. 22, n. 1, p. 841-862, 2007.

BELIK, Walter; CUNHA, Altivo. **A produção agrícola e a atuação das centrais de abastecimento no Brasil**. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, v. 19, n. 1, p. 46-59, 2012

BERCOVICI, Gilberto. A Questão Agrária na Era Vargas (1930-1964). **História do Direito**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 183 - 226, dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historiadodireito/article/view/78725> Acesso em: 4 ago. 2024.

CARVALHO, Joelson Gonçalves. **Economia Agrária**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2015. 246p.

CARVALHO, Sonia Marise Salles de. Os sentidos, a crise e os desafios do trabalho na sociedade moderna e sua reparação no campo da economia solidária. *In*: Congresso Nacional de Pesquisadores de Economia Solidária, 1., 2015, São Carlos. **Anais [...]**. São Carlos: Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária, 2015.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

LINHARES, Maria Yedda Leite. **História Política do Abastecimento**. Brasília: Binagri, 1979.

MASCARENHAS, Thais Silva; PISTELLI, Renata de Salles S. **Organização de Grupos de Consumo Responsável**. São Paulo: Instituto Kairós, 2011.

MATIOLI, Victor; PERES, João. **Donos do Mercado**: Como os grandes supermercados exploram trabalhadores, fornecedores e a sociedade. São Paulo: Elefante, 2020.

MATIOLI, Victor; PERES, João. O triunfo dos supermercados no Brasil da fome. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, v. 14, n. 5, p. 6-7, maio, 2021.

OTERO, Gerardo. **The neoliberal diet, healthy profits, unhealthy people**. Austin: University of Texas Press, 2018.

OTERO, Gerardo. The neoliberal food regime in Latin America: state, agribusiness transnational corporations and biotechnology. **Canadian Journal of Development Studies**, Vancouver, vol. 33, n 3, p. 282-294, set, 2012.

PLOEG, Jan Douwe van der. Peasants and the art of farming: a Chayanovian manifesto. Black Point, Nova Scotia: Fernwood Publishing Company.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SCHWENCK, Beatriz Carrascosa von Glehn et al. A experiência do Tandem – comunidade de consumo responsável de São Carlos-SP: Práticas de democracia, autogestão, solidariedade e segurança alimentar. In: Seminário Internacional PROCOAS, 7, 2022, São Carlos. **Caderno de resumos** [...] São Carlos, 2022. p. 53 - 54. Disponível em: <https://www.numiecosol.ufscar.br/pt-br/pesquisa/xviiseminariointernacionalprocoas/cadernoderesumo>

SINGER, Paul. **Economia Solidária**: Introdução, História e Experiência Brasileira. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.